

Trabalhos da Comissão de Inquérito à Operacionalização das Agendas Mobilizadoras

A Comissão de Inquérito à Operacionalização das Agendas Mobilizadoras reuniu hoje, dia 31 de outubro, para análise e votação do relatório final da Comissão.

No decurso da reunião foram votadas as propostas de respostas aos quesitos e as conclusões constantes da proposta de relatório final elaborada pelo relator da Comissão, enviada para apreciação dos senhores Deputados, no passado dia 21 de outubro, que tiveram os votos contra dos senhores Deputados do PSD, CDS-PP, PPM e CH e os votos a favor dos senhores Deputados do PS, BE e PAN. Havendo um empate na votação, seguiu-se nova votação em que foram expressos os votos contra dos senhores Deputados do PSD, CDS-PP, PPM e CH e os votos a favor dos senhores Deputados do PS, BE e PAN. Na sequência desses dois empates na votação, e conforme regra regimental, as propostas de respostas aos quesitos e as conclusões constantes da proposta de relatório final foram rejeitadas.

Foram igualmente votadas as propostas de alteração às respostas aos quesitos e às conclusões do relatório que os senhores Deputados do PSD, CDS-PP e PPM apresentaram, hoje, antes do início da comissão, e que tiveram votos contra dos senhores Deputados do PS, BE e PAN e os votos a favor dos senhores Deputados do PSD, CDS-PP e PPM e CH. Havendo um empate na votação, seguiu-se nova votação em que foram expressos os votos contra dos senhores Deputados do PS, BE e PAN e os votos a favor dos senhores Deputados do PSD, CDS-PP e PPM e CH. Na sequência desses dois empates na votação, e conforme regra regimental, as propostas apresentadas foram rejeitadas.

Finalmente foi votada uma proposta do PS para interrupção dos trabalhos para redação de uma proposta consensualizada de relatório, que foi rejeitada com os votos contra do PSD, CDS-PP, PPM e CH e os votos a favor do PS e BE.

Na sequência das votações acima referidas a comissão de inquérito não viu aprovado um relatório final, pelo que, nos termos da lei, a Presidente da Comissão elaborará uma informação, dirigida ao Presidente da Assembleia Legislativa, relatando as diligências efetuadas e as razões da não aprovação do relatório.

Ponta Delgada, 31 de outubro de 2022.